

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

The covid-19 pandemic and school closures: impacts on the mental health and future prospects of adolescents and youth

Jacqueline Cavalcanti Chaves

Joyce Louback

Cristiana Carneiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Entre as primeiras orientações recomendadas internacionalmente contra a propagação da covid-19, o fechamento de escolas e universidades levou à suspensão das aulas presenciais e à transposição de atividades escolares e acadêmicas para o formato remoto, principalmente o digital. Este texto visa a tecer uma reflexão sobre os possíveis impactos que o fechamento das escolas gerou sobre as perspectivas de futuro de adolescentes e jovens brasileiros. Com base na análise de levantamentos e relatórios de pesquisa nacionais produzidos por organizações nacionais e internacionais, percorre dados produzidos no campo da saúde mental, educação e mundo do trabalho. Conclui que, ainda que temporalmente recente, os impactos da pandemia já se materializam nos relatórios e nos permitem inferir aspectos objetivos e subjetivos da pensabilidade de futuro para a saúde mental de adolescentes e jovens.

Palavras-chave: Juventudes; Saúde mental; Educação.

Abstract

Among the first guidelines recommended internationally against the spread of covid-19, the closing of schools and universities led to the suspension of face-to-face classes and the transposition of school and academic activities to a remote format, especially the digital one. The present text aims to reflect on the possible impacts that the closing of schools has generated on the future perspectives of Brazilian adolescents and young people. Based on the analysis of surveys and national research reports produced by national and international organizations, it goes through data produced in the field of mental health, education, and the world of work. It concludes that, even though temporally recent, the impacts of the pandemic are already materialized in the reports and allow us to infer objective and subjective aspects of the thinkability of the future for the mental health of adolescents and young people.

Keywords: Youth; Mental health; Education.

Introdução

Pensar os possíveis impactos do vivido durante a pandemia não é tarefa fácil, justamente porque os acontecimentos são quase contemporâneos às pesquisas que visam a compreendê-los. Nesse sentido, este artigo parte da análise de levantamentos e relatórios de pesquisa produzidos por organizações nacionais e internacionais no que tange sobretudo aos aspectos que envolvem saúde mental, educação e trabalho. Mais especificamente, nossa problemática delinea uma questão que se dirige aos possíveis impactos do fechamento das escolas nas perspectivas de futuro dos jovens, aspectos que podem interferir na saúde mental desse segmento. Poder projetar-se no depois, ingressar no mundo do trabalho, ter protagonismo na construção da própria trajetória são aspectos apontados como basilares para a saúde mental em nossa sociedade ocidental contemporânea. Como essas colunas de sustentação se mantiveram e/ou se modificaram, ao longo da pandemia, com o fechamento das escolas? Para tentar responder a essa questão, faremos um caminho que percorre dados produzidos em saúde mental, na educação e no mundo do trabalho, com base em dois eixos: juventude e pandemia. Supomos que a ruptura escolar vivida por certo grupo de jovens, durante o fechamento das escolas, pode afetar a própria pensabilidade do futuro, “desconectando-os” de um vir a ser mais afeito a suas aspirações.

Como metáfora de nossa problemática, fazemos alusão ao documentário *Desconectados*, de 2022, dirigido por Pedro Ladeira, Paulo Saldaña e Ana Graziela Aguiar. A produção apresenta um panorama sobre os esforços mobilizados pelas famílias e as escolas no enfrentamento das dificuldades impostas pela pandemia, principalmente no que diz respeito ao uso dos recursos tecnológicos para dar continuidade aos estudos, no ambiente doméstico, após o fechamento das escolas. Em uma das primeiras cenas do filme, uma estudante e sua mãe são vistas utilizando o celular no acostamento de uma estrada, na tentativa de acessar o sinal da internet e, assim, responder às atividades enviadas pela escola. Mais adiante, o filme retrata uma família numerosa, em que a filha mais velha, cursando o ensino médio, relata seu desânimo em continuar os estudos, durante o ano em que as aulas foram suspensas. Além disso, a jovem assume, junto com a mãe, a tarefa de educar os irmãos mais novos. Por fim, citamos o perfil de outra jovem, estudante do terceiro ano do ensino médio, cujas expectativas sobre as vivências na escola são frustradas, mas que consegue manter os estudos devido ao acesso às plataformas digitais de ensino.

A vontade de retornar à escola, o medo de se expor aos perigos do vírus, o desânimo de retomar a rotina estudantil, entre outros sentimentos, aparecem nas narrativas dos jovens apresentados no documentário, que tentam equilibrar suas tarefas diárias aos desejos de expressão da juventude. Considerando as desigualdades de acesso e conectividade experienciadas por jovens de diferentes grupos sociais (raça/cor, classe, território, entre outros) dentro da estrutura educacional brasileira, podemos inferir que, para um grupo significativo de jovens, pode ter havido mais uma ruptura do que um afrouxamento dos laços com a escola.

Se, no Brasil, o número de crianças, jovens, adultos e idosos mortos em decorrência da covid-19 já é estarrecedor e preocupante em razão das perdas de vidas e dos efeitos que cada uma dessas mortes provoca nas pessoas próximas e na sociedade, talvez sejam ainda mais inquietantes os impactos de curto, médio e longo prazos na saúde mental, em especial de crianças, adolescentes e jovens. Saúde mental que foi também afetada pelos desdobramentos do contexto pandêmico nas condições da educação brasileira e nos desafios e perspectivas de transição da escola para o mundo do trabalho. Essas são as questões sobre as quais este artigo visa a se debruçar e estudar.

A educação e a saúde mental infantojuvenil no contexto da pandemia

A covid-19 é uma doença causada por um tipo de coronavírus chamado de SARS-CoV-2. Encontrado, pela primeira vez, em seres humanos, em dezembro de 2019, ele foi identificado na cidade de Wuhan, na República Popular da China. Rapidamente se espalhou pelo mundo. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus como uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII). Na sequência, em março do mesmo ano, devido à extensa distribuição geográfica da doença, a OMS classificou-a como uma pandemia (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

Para ter noção da extensão da pandemia no Brasil, no momento em que este texto está sendo escrito, conforme o repositório de dados para o Painel Visual do Novo Coronavírus de 2019, o qual é operado pelo Centro de Ciência e Engenharia da Universidade Johns Hopkins (EUA), o número total de casos de covid-19 no Brasil é de 34.799.324, e o número total de mortos é igual a 687.710 (JHU CSSE COVID-19 DATA, 2022).

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

Ao longo dos dois primeiros anos da pandemia, por meio da movimentação das pessoas, houve uma alta circulação do vírus SARS-CoV-2, o qual sofreu algumas mutações, fazendo surgir variantes que provocaram novas ondas da doença e prolongaram o estado pandêmico. Nesse contexto, as primeiras recomendações não farmacológicas orientadas pela OMS para evitar a propagação do vírus e a disseminação da doença foram o distanciamento físico, as restrições de movimento, a higienização frequente das mãos com água e sabão, ou com álcool em gel, o uso de máscara bem ajustada sobre a boca e o nariz, a manutenção de espaços bem ventilados, a quarentena de casos suspeitos e o isolamento de casos confirmados. Justamente o “distanciamento físico” como medida de manutenção de distância segura de outras pessoas somada à medida de “restrição de movimento” justificaram o fechamento de escolas. Sem esse espaço de encontros e aprendizagens, crianças e jovens se viram num cenário diferente, no qual a desigualdade social se mostrou mais abruptamente.

No Brasil, os impactos da pandemia e das medidas para evitar a disseminação do vírus foram e ainda são bastante diversos e desiguais quando considerados os diferentes níveis de educação da população, os sistemas público e privado de ensino, e os grupos em situação de maior vulnerabilidade, tais como pessoas de menor renda econômica, população negra e LGBTQIA+, povos indígenas, mulheres cis e trans, idosos, crianças, adolescentes e jovens. Ademais, no decorrer da pandemia, o Brasil se viu em um contexto de “polarização no país, em torno do chefe do Poder Executivo, com a divulgação de informações sem embasamento técnico-científico, referentes à gravidade da patologia” (OLIVEIRA et al., 2020, p. 9); desdobramentos que aprofundam a gravidade do quadro de saúde física e mental da população, além de expandirem as crises social e econômica. Conforme assinalam Faro et al. (2020, p. 3), “Quanto à saúde mental, é importante dizer que as sequelas de uma pandemia são maiores do que o número de mortes”.

A saúde mental é um conceito de difícil definição, tendo em vista que diferentes áreas do conhecimento, saberes, discursos e políticas se ocupam em estabelecê-lo. Conforme a OMS (2013), a saúde mental é parte integrante da saúde, a qual é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa dizer que ter saúde não é somente não ter doença. Segundo a OMS, a saúde mental é “concebida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar as próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro,

ser produtivo e contribuir para sua comunidade” (OMS, 2013, p. 7, tradução nossa). Nesse sentido, para a OMS (2013), saúde mental não é simplesmente a ausência de transtornos mentais, tais como a depressão, o transtorno afetivo bipolar, os transtornos de ansiedade, a esquizofrenia, entre outros.

A definição de saúde mental adotada pela OMS destaca sua multicausalidade, ou seja, a saúde mental de uma pessoa não é resultado exclusivo de um processo individual, trata-se de consequência de uma multiplicidade de fatores de ordem subjetiva, mas também social, econômica, ambiental, cultural e política, os quais são indissociáveis. Definição semelhante à da OMS é expressa em cartilha dirigida aos adolescentes e jovens que passam por situação difícil ou que buscam ajudar uma pessoa próxima em sofrimento. Essa cartilha foi apoiada pelo UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância) e publicada em meio à pandemia. Nela também se afirma que a saúde mental não é meramente ausência de transtornos mentais, “É conseguir passar pelas coisas que acontecem em nossa vida, mesmo as ruins, e depois conseguir seguir em frente”, está relacionada “a nossa saúde física, nossas questões emocionais e também com a justiça social, a autonomia e a segurança” (SCAVACINI; FONTOURA, 2021, p. 6). A saúde mental da população ao redor do mundo, em especial a de pessoas em situação de vulnerabilidade, tem sido afetada pela pandemia de covid-19 e por seus desdobramentos nos âmbitos econômico, social, educacional e político. Afetada no que diz respeito ao surgimento e agravamento de transtornos mentais, e ao aparecimento de efeitos psicológicos considerados negativos, tais como medo, raiva, irritabilidade e falta de concentração.

De acordo com o Covitel (Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em Tempos de Pandemia) (HALLAL et al., 2022), os diagnósticos de depressão na população adulta brasileira aumentaram 41% nos dois primeiros anos da covid-19. Realizado nas cinco grandes regiões do Brasil, com indivíduos de 18 anos ou mais, o inquérito de âmbito nacional coletou e comparou informações entre o período pré-pandemia e o primeiro trimestre de 2022. No caso do diagnóstico médico autorreferido de depressão, as mulheres apresentaram aproximadamente 2,5 vezes a prevalência dos homens. Se, no período pré-pandemia, a depressão era mais frequente nos indivíduos com 65 anos de idade ou mais, no primeiro trimestre de 2022, quase todas as faixas etárias tinham prevalência semelhante. No entanto, deve-se assinalar que, entre as faixas etárias investigadas, o

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

aumento na prevalência de depressão foi maior nas faixas mais jovens: de 18 a 24 anos, foi de 7,7% para 14,8%; e, de 25 a 34 anos, de 7,2% para 11,6% (HALLAL et al., 2022, p. 44). Ainda, de acordo com o inquérito, na população com diagnóstico de depressão, houve uma piora significativa nos hábitos saudáveis de vida, tais como o aumento da taxa de tabagismo, a queda do consumo de verduras e legumes, e a queda da prática de atividade física. Ademais, segundo o Covitel (HALLAL et al., 2022, p. 23), o consumo abusivo de álcool (quatro ou cinco doses em uma mesma ocasião para mulheres e homens, respectivamente) foi relatado por um quinto da amostra total, e é maior entre homens, pretos e pardos, e indivíduos nas faixas etárias mais jovens: de 18 a 24 anos e de 25 a 34 anos.

As recomendações de restrição de movimento, distanciamento físico, quarentena e isolamento provocaram fortes impactos na saúde mental. Em uma revisão das evidências sobre o impacto psicológico da quarentena, Brooks et al. (2020) encontraram estudos que relataram sintomas como distúrbios emocionais, estresse, humor deprimido, irritabilidade, raiva, exaustão emocional, além de depressão e sintomas de estresse pós-traumático. De acordo com Lima (2020), em situações de distanciamento e isolamento, são comuns o surgimento de sentimentos como tédio, solidão, irritabilidade, tristeza, impotência, além de medo de adoecer, morrer, transmitir o vírus e perder os meios de subsistência. Para a autora, diante das referidas situações, essas formas comuns de mal-estar podem “levar a alterações de apetite e sono, a conflitos familiares e a excessos no consumo de álcool ou drogas ilícitas” (LIMA, 2020, p. 5). As primeiras pesquisas realizadas no correr da pandemia (como as referidas acima) já apontavam para o quadro sanitário, de saúde física e mental, que se apresentaria (e que continua no momento presente) nos anos de surto de covid-19.

O estado de saúde mental de crianças, adolescentes e jovens merece atenção especial se considerado o fechamento de creches, escolas e universidades devido às recomendações de distanciamento físico e restrições de movimento. Após um curto período de ausência, de suspensão das aulas e de indefinição sobre o encaminhamento a ser tomado diante do contexto pandêmico, as aulas presenciais passaram a ser, ou dever ser, remotas. O ensino presencial precisou, de forma não idealizada ou organizada, tornar-se ensino remoto, o que levou a toda a comunidade escolar e universitária diversas dificuldades, além de impelir as famílias e/ou os responsáveis por crianças e adolescentes a se ocuparem mais ativamente da aprendizagem escolar de seus (suas) dependentes.

Segundo Monteiro (2020, p. 243), “A ausência de uma coordenação por parte do MEC ou mesmo dos Conselhos de Educação, seja Nacional ou Estadual, para o momento de crise” contribuiu para uma atuação de “cada um por si” na educação básica. As desigualdades da educação brasileira se aprofundaram ao longo da pandemia e do fechamento das escolas; por exemplo, entre as diferentes instituições particulares, entre estas e as escolas públicas, e entre as regiões do Brasil. A adoção do ensino remoto implicou uma série de desafios no que se refere, por exemplo, às condições materiais e humanas para a transposição das aulas presenciais para o modelo remoto. O primeiro desafio a ser enfrentado foi o do acesso à internet nos domicílios. Em pesquisa de abrangência nacional sobre os impactos primários e secundários da covid-19 em crianças e adolescentes, contratada pelo UNICEF e realizada pelo Ipec – Inteligência em Pesquisa e Consultoria, verificou-se que:

Em torno de um terço dos residentes com crianças e adolescentes matriculados em escolas que oferecem atividades remotas apontavam como dificuldades para a realização dessas atividades a falta de acesso à Internet ou a baixa qualidade da conexão (35%), a falta de tempo de adultos para acompanhar ou orientar nas atividades (35%) ou a falta de equipamento adequado (31%), enquanto cerca de um quarto deles apontavam a necessidade das crianças ou adolescentes de se dedicarem a outras atividades de apoio à família que os impediavam de estudar, como cuidar da casa, trabalhar ou cuidar de outras pessoas (24%) (UNICEF BRASIL; IPEC, 2021, p. 31).

Conforme a pesquisa, essas dificuldades foram mais frequentes entre os grupos mais vulneráveis, tais como aqueles com renda familiar de até dois salários mínimos, e pessoas que se declaram pretas e pardas. Em pesquisa anterior (UNICEF BRASIL; IBOPE INTELIGÊNCIA, 2020, p. 21), as desigualdades socioeconômicas também foram constatadas entre as famílias que residem com crianças e adolescentes em idade escolar. Entre os(as) estudantes que deram continuidade às atividades escolares a distância, a proporção foi maior para aqueles(as) da escola particular (94%) em comparação com os(as) estudantes de escola pública (89%). A mesma diferença entre estudantes de classes socioeconômicas distintas foi vista no número de horas (tempo diário) empregado para realizar as atividades escolares, incluindo aula por vídeo (estudantes de classes mais altas despendem mais horas) (UNICEF BRASIL; IBOPE INTELIGÊNCIA, 2020, p. 22).

Os motivos para as desigualdades educacionais aprofundadas com o fechamento das creches, escolas e universidades na pandemia são múltiplos e não excludentes. Alguns deles, já apontados, dizem respeito ao acesso à internet, especialmente à de banda larga, às

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

possibilidades de alguém em casa ajudar o(a) estudante em seus deveres e trabalhos, e a existência de equipamento eletrônico (computador pessoal, *tablet* ou celular) para o ensino remoto. Além destes, para que o processo de aprendizagem possa ocorrer de maneira mais exitosa, é importante que o(a) estudante viva em moradia digna e que nela haja um espaço adequado, onde ele(a) possa se dedicar ao estudo. Preferencialmente, esse espaço deve ser confortável, silencioso, com boa iluminação e sem interrupções constantes, exceto quando solicitada. Para estudantes de todos os níveis de ensino, pertencentes às classes menos favorecidas socioeconomicamente, a existência de espaço doméstico assim caracterizado nem sempre é uma realidade. De acordo com o Informe 2021/22 da Anistia Internacional (2022), nos anos de pandemia, parte significativa da população brasileira continuou a viver em situação precária, carente de serviços essenciais. Segundo aponta o informe, “O percentual da população negra vivendo em domicílios inadequados era significativamente maior do que o da população branca”, assim como também maior a superlotação nas casas de pessoas negras (ANISTIA INTERNACIONAL, 2022, p. 77).

Há outro motivo, ainda mais elementar, para o aumento das desigualdades educacionais no contexto da pandemia, o qual diz respeito à segurança alimentar dos(as) estudantes. É de amplo conhecimento o papel fundamental ocupado pelas escolas públicas na alimentação de crianças e adolescentes no Brasil, os quais, quando mais vulneráveis, muitas vezes, apenas conseguem fazer refeições no ambiente escolar. De acordo com o Informe 2021/22 da Anistia Internacional (2022), no Brasil, desde 2018, a insegurança alimentar aumentou 54%. Segundo o informe, em 2021, a situação de fome afetou 19 milhões de pessoas, ou 9% da população, sendo que “as famílias chefiadas por mulheres e as pessoas negras sofreram mais com a falta de alimentos” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2022, p. 77). Esse panorama “demonstra o maior impacto da pandemia nos hábitos alimentares de segmentos mais vulneráveis da população” (UNICEF BRASIL; IPEC, 2021, p. 23).

A (in)segurança alimentar, os desafios e as mudanças trazidas pelo ensino remoto compulsório, o distanciamento físico, a quarentena, o isolamento, a crise no sistema de saúde, o altíssimo número de mortes e de pessoas infectadas, as informações inadequadas (desinformação e *fake news*), o negacionismo do governo federal de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e sua falta de coordenação da crise sanitária e educacional concorreram para a formação de quadros de sofrimento psíquico e adoecimento mental. A esse panorama podem

se acrescentar outros estressores no decorrer da pandemia, como o aumento dos conflitos familiares e da violência doméstica, principalmente contra mulheres, meninas, crianças e adolescentes. O aumento da violência contra crianças e adolescentes ocorreu, por exemplo, em casos de lesão corporal em contexto de violência doméstica, exploração sexual e estupro (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Segundo a pesquisa do UNICEF Brasil e Ipec (2021, p. 36), “A pandemia pode ter contribuído para o aumento de situações de violência dentro de casa, assim como para o aumento do consumo de substâncias como álcool, medicamentos e tabaco”.

Segundo Coutinho, Saggese e Cabral (2021, p. 81), “Um aumento do convívio familiar forçado dificilmente pode ser encarado de forma positiva”. Para os autores, a convivência aumentou o risco de sofrimento psíquico para adolescentes, especialmente para aqueles(as) que vivem em famílias mais conflituosas. Ainda, de acordo com eles, “os espaços da rua e da escola são essenciais para a sociabilidade nesse momento da vida, e a restrição de acesso a esses espaços deixa marcas. Essas marcas vão do aumento do sentimento de tédio até o crescimento de questões como ansiedade e depressão” (COUTINHO; SAGGESE; CABRAL, 2021, p. 81).

Pensando mais especificamente no ensino médio, que tem uma duração regular de três anos, podemos inferir que dois anos de semi-interrupção desse trajeto possa ter, para alguns, quase significado a não existência dessa etapa de escolaridade. Essa espécie de não vivido no espaço escolar afetou a saúde mental desses sujeitos, a relação entre os pares e as possibilidades de ingresso no mundo do trabalho, já que a restrição de acesso ao espaço escolar, somado à precariedade de meios para o ensino remoto, criou defasagens profundas de conteúdos curriculares e subseqüentes barreiras para chegar-se ao ensino superior.

As perspectivas de terminar os estudos no ensino básico, a interrupção das aulas e a adoção do ensino remoto colocaram como desafio premente a conciliação entre trabalho e escola, quando a maior parte da população considerada precisa trabalhar e estudar para garantir o sustento de si e suas famílias. Dessa maneira, as aspirações de conquista da autonomia financeira, o término dos estudos, a responsabilidade pelo provimento da família, entre outras perspectivas, perdem sentido diante das vicissitudes impostas pela pandemia. As frustrações juvenis se expressam por uma experiência que transita entre o formal e o informal, a permanência e a ausência, sobretudo em um mercado de trabalho e um sistema

de ensino que não são bem-sucedidos em incorporar e impulsionar a vida de uma parcela da população preterida do deteriorado arcabouço de proteção social do Estado brasileiro.

Juventude e trabalho na pandemia: incertezas no presente e no futuro

Desde as discussões clássicas até os debates contemporâneos, o binômio “trabalho-educação” (SAVIANI, 2007) é fundamental para a discussão a respeito das relações intrínsecas entre as demandas por qualificação profissional e a formação educacional. Os debates sobre o crescimento econômico e as chances de mobilidade social proporcionados pela admissão no sistema educacional compõem um quadro essencial para a natureza dos processos de mudança social e suas minúcias históricas (RIBEIRO; CARVALHAES, 2020). As particularidades da trajetória brasileira em direção à democratização do acesso à educação podem ser lidas a partir da distribuição desigual das oportunidades educacionais no nosso sistema de ensino. As reformas e políticas públicas educacionais implementadas ao longo das últimas décadas colocaram em primeiro plano os debates acerca dos projetos de educação pública em andamento no Brasil, em um contexto de capitalismo dependente, sob o qual as exigências do mercado impõem sua lógica à escolarização formal (FRIGOTTO, 2007). Percebemos como a relação entre as origens sociais e os destinos escolares das juventudes das classes populares são eivados ora por obstáculos à ascensão social desejada (BOURDIEU, 2002), ora por conquistas significativas convertidas em “experiências de mobilidade educacional” (LIMA, 2020, p. 1), como a aquisição de diplomas, repertório cultural, etc.

As transições para a vida adulta foram irrestritamente influenciadas pela expansão recente do sistema educacional brasileiro. A julgar por nossos processos de ampliação e a consequente universalização da escolaridade obrigatória, o processo que compreende a passagem pela escola e a entrada no mercado de trabalho foi atravessado pelos problemas econômicos e políticos do País, determinantes para caracterizar os padrões das desigualdades de oportunidades educacionais que interferem na progressão educacional. Há de se considerarem, ainda, os efeitos das origens de classe, raça e gênero nas posições desvantajosas ocupadas pelos jovens oriundos das classes mais baixas (RIBEIRO; MARSCHNER; CENEVIVA, 2015). Conforme Comin e Barbosa (2011), a categoria “trabalhador-estudante” caracteriza o caráter distinto das transições escola-trabalho no Brasil, em que se percebe, no caminho da juventude para a vida adulta, uma “volta à escola”. Ou seja, a

incompletude de nossos ciclos de escolarização provocou um retorno necessário ao sistema educacional, já que trabalhadores com menor escolaridade sofrem maiores perdas salariais (COMIN; BARBOSA, 2011). Tais argumentos corroboram as incertezas e imprevisibilidades na passagem para o mercado de trabalho, em razão das barreiras persistentes na progressão dos estudos dos jovens.

As condições gerais das transições da escola para o trabalho abrem caminho para analisarmos os dilemas enfrentados pelas juventudes brasileiras no contexto da pandemia do novo coronavírus. As experiências dos jovens durante o contexto de emergência sanitária e a consequente adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas impõem a urgência em se discutir o modo como os problemas duradouros na sociedade brasileira ganharam contornos especiais na conjuntura analisada. Um dos fenômenos que despontam como mais representativos das relações entre educação e trabalho durante a pandemia concerne àqueles jovens que não ocupam postos de trabalho e não estão vinculados às instituições escolares. Os “nem-nem” (SILVA; VAZ, 2020), fenômeno amplamente discutido na literatura sociológica, correspondem a um traço que identifica uma parcela de jovens que sofreu drasticamente perdas econômicas consideráveis, cujo impacto incidiu rigorosamente nos processos educacionais e laborais.

O relatório nacional *Juventudes e a pandemia do coronavírus*, iniciativa do Conjuve (CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE, 2021), em parceria com outras organizações, partiu das percepções de jovens das cinco regiões do País para nortear análises sobre os seguintes temas: “saúde”, “trabalho e renda”, “educação” e “vida pública”, a fim de se conhecerem as perspectivas de futuro vislumbradas pelas juventudes brasileiras. Aqui, vamos nos concentrar nos dados sobre o indicador “trabalho” e, posteriormente, retomaremos suas conclusões sobre a situação dos estudos dos jovens. Os resultados mais significativos do estudo apontam para uma preocupação expressiva dos jovens com as questões financeiras. Com o agravamento da desocupação laboral durante a pandemia, notou-se que o público da faixa etária entre 18 e 24 anos buscou uma complementação da renda, em uma proporção de 38%. Destaca-se que, entre os jovens pretos, o percentual cresceu para 47% (CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE, 2021, p. 49).

Um traço fundamental que caracteriza esses trabalhos encontrados pelos jovens no contexto considerado é a informalidade. A pesquisa indica que os trabalhos pontuais sem

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

carteira assinada ou trabalhos autônomos foram os tipos de ocupação mais frequentes entre os jovens brasileiros (CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE, 2021, p. 93). Ainda, o estímulo a novos empregos é considerado fundamental para 25% dos jovens pesquisados, enquanto 20% dos participantes da pesquisa entendem que as políticas de renda emergencial são substanciais, e outros 20% querem a ampliação de empregos formais.

O crescimento vertiginoso do desemprego abriu espaço definitivo para um processo, já em andamento, de adoção de contratos/arranjos laborais precarizados (MENDES; GUIMARÃES, 2022). No contexto considerado, vislumbrar futuros, para os jovens brasileiros, significa, em grande medida, conciliar possibilidades distantes de formalização do trabalho, que sofre com os processos de “uberização” (ABÍLIO, 2020) e informalidade, com a entrada em um sistema escolar enormemente afetado pelos cortes de verbas e o enfraquecimento de políticas públicas de juventude. As estratégias de manutenção da renda por parte dos jovens assumiram o risco de aceitar oportunidades de trabalho ofertadas por serviços de entrega organizados pelas plataformas digitais/aplicativos. Por essa razão, a falta de garantias de direitos trabalhistas e de condições dignas para o exercício das funções se cruzam com uma oferta de trabalho caracterizada pela subqualificação educacional. O Painel TIC Covid-19 (UNESCO, 2020) mostrou como um terço dos usuários de internet com 16 anos ou mais que estavam trabalhando durante a pandemia realizou serviços de venda de produtos ou demais serviços oferecidos nos aplicativos de mensagens e redes sociais. Esse público era composto fundamentalmente por mulheres, pessoas com ensino médio, oriundas das classes AB e C, além dos trabalhadores informais. A opção por essa modalidade de emprego se justifica pela necessidade de complementar a renda familiar em um contexto de perdas no mercado de trabalho formal.

Consideramos que o trabalho na pandemia se cruza com os processos de abandono/evasão escolar, os quais caracterizam a realidade de um número substancial de jovens, como vimos nos dados apresentados. A falta de experiência de trabalho e a entrada precoce nos trabalhos informais estão plenamente de acordo com a perpetuação de trajetórias escolares marcadas pela interrupção e precariedade. A baixa escolaridade não é rechaçada em um universo de trabalhos que dependem de certa disponibilidade e gerenciamento do tempo. Visto que a conclusão da escola não é mais garantida, tampouco a

conclusão dos cursos universitários, parte dos jovens brasileiros apostou em trabalhos temporários, mas que se tornaram quase exclusivos durante a pandemia.

Os dados sobre as intensas transformações no mundo do trabalho no contexto do enfrentamento do novo coronavírus confirmam, como tendência geral, que as perdas econômicas resultaram tanto no empobrecimento dos jovens brasileiros quanto em um processo mais amplo de desânimo em relação a suas projeções de futuro. Há fatores desestimulantes, como o enfraquecimento do mercado de trabalho formal, ou ainda a imperativa necessidade de aumentar a renda familiar. Esse duplo movimento tem impacto substantivo na relação das juventudes com a escola. As inseguranças e desilusões contextuais encaminham uma reflexão possível sobre a aposta na educação formal como um meio inescapável para se alcançar mobilidade social, problema que atravessa a realidade brasileira.

No primeiro ano da pandemia, foi registrado um aumento relevante do número de jovens fora da escola; houve um salto de 26%, em 2020, para 36%, em 2021, de jovens nessa condição. Os principais motivos apontados para o abandono dos estudos foram os fatores econômicos (21%) e os problemas provocados pelo ensino remoto (14%). O retorno à escola estaria condicionado a uma melhoria financeira. No entanto, em sintonia com os dados mobilizados, o que os mantém vinculados à escola é a constante preocupação com o futuro e a consequente transição para o mercado de trabalho (CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE, 2021, p. 82).

Se, por um lado, as perdas do emprego e renda se abateram drasticamente sobre a população jovem do Brasil; por outro, há questões de fundo, as quais demandam maior atenção e desenvolvimento. O distanciamento físico, o fechamento de espaços de sociabilidade, a suspensão das aulas presenciais, entre outros problemas, aponta para a complexidade em que o contexto de emergência sanitária situou os jovens, em uma fase da vida de intensa atividade. A limitação da mobilidade é, portanto, uma linha significativa para se entender como processos no plano macrossocial impactaram nos desenvolvimentos mais ordinários da vida juvenil (LUZ et al., 2021). As táticas para lidar com o confinamento e a ressignificação dos encontros presenciais compõem um mosaico de vivências que expressam as alternativas de construção de sociabilidades em meio à vulnerabilidade social, às inseguranças dos processos de entrada na vida adulta e às agruras do distanciamento físico.

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

A pergunta “a escola faz as juventudes?” (DAYRELL, 2007) é uma boa diretriz para se pensar sobre a importância da passagem pela escola para os jovens. Juventude e escola formam uma relação fundamental para a compreensão dos modos como a instituição escolar representa não apenas uma espécie de passaporte para a adultez e suas promessas de segurança, mas um espaço em que as juventudes podem experimentar outras temporalidades e formas de expressão de sua subjetividade, para além das exigências das certificações formais. Dayrell (2007) chama atenção para como o ensino médio constrói, parcialmente, o que ele chama de condição juvenil. O autor destaca o espaço que outros meios de sociabilidade ocupam na vida dos jovens, como as redes sociais, os equipamentos de cultura e demais espaços de encontro na cidade. Mesmo assim, a escola ainda é fundamental, principalmente para os jovens das classes populares (DAYRELL, 2007). Os encontros entre a cultura escolar e as culturas juvenis constituem um diálogo interessante, que pode indicar a construção de futuros mais inclusivos e otimistas. Como pensar, contudo, os desafios das juventudes na escola no contexto da pandemia? Como analisar as novas possibilidades formativas durante os dois anos de suspensão das aulas presenciais? As indagações que apresentamos nos levam a pensar as formas de acesso à internet, os modos como as juventudes se relacionam com as tecnologias e suas expectativas ante a adoção de tais recursos no lugar das interações e processos de aprendizagem conduzidos presencialmente.

O uso das tecnologias e o acesso aos recursos necessários à manutenção das aulas no modo remoto tornaram-se variáveis fundamentais para o entendimento da presença ou abandono dos estudos pelos jovens, mediante um perfil desigual de estudantes. Dados de 2020 revelam que 82% dos usuários de internet com 16 anos ou mais acompanharam suas atividades escolares ou acadêmicas por meio de aulas ou atividades remotas. Já 36% dos usuários de internet na mesma faixa etária, que frequentam a escola ou a universidade, relatam dificuldades para acompanhar as aulas *on-line* por falta ou baixa qualidade de conexão à internet. Chama atenção que o celular foi o dispositivo mais utilizado entre os estudantes para realizar suas tarefas escolares ou acadêmicas, especialmente nas classes D e E, enquanto os sites, redes sociais e plataformas de videoconferência foram utilizados por 71% dos jovens com mais de 16 anos. Nota-se, também, que 38% dos jovens entrevistados

relataram que a maior dificuldade enfrentada se refere a tirar dúvidas com os docentes; e 33% deles disseram que a falta de estímulo para estudar foi um grande problema (UNESCO, 2020).

As limitações e os diferentes impactos na saúde mental e nas perspectivas de futuro dos jovens provocados pelo aprendizado a distância ainda são difíceis de serem medidos. O cenário complexo do pós-pandemia chama à reflexão sobre a chamada “geração covid”, marcada pelo acesso a empregos precários, abandono escolar e poucas certezas sobre o futuro. As apostas na certificação escolar e suas recompensas no mercado de trabalho tornaram-se ainda mais duvidosas para os jovens, sobretudo os pretos/pardos, oriundos das classes populares. Trabalho e educação dão o tom de nossos principais desafios junto às juventudes e o conseqüente desalento da permanência em condições suscetíveis à vulnerabilidade. A retomada das atividades escolares presenciais corresponde a um alento em um cenário de terra arrasada, com uma queda significativa dos investimentos em educação, em um dos momentos mais dramáticos de nossa história recente. As indefinições sobre a permanência ou não na escola se cruzam com a entrada no mundo do trabalho, em que a escolarização formal é um marcador essencial para o sucesso desses jovens. As chances de se conseguir um trabalho formal diminuem, enquanto, paralelamente, abre-se um mercado de trabalho informal, que expõe os jovens a uma experiência laboral com menor remuneração e destituída de direitos. As angústias e marcas dos processos de precarização da vida, o afastamento dos espaços de sociabilidade, entre outras fragilidades, colocam em perspectiva a construção de outros mundos possíveis, capazes de oportunizar um futuro auspicioso para uma geração atravessada por muitas interrogações.

Considerações finais: como sonhar o destino?

A análise feita aqui nos indica que, se todos os jovens foram afetados pela pandemia de covid-19, alguns o foram de forma diferenciada. Estes, considerados em situação de vulnerabilidade, parecem mais distantes de um futuro sonhado. Se essa situação se delinea apesar da pandemia, o fechamento das escolas parece ter agravado a distância entre o que fazem no agora e a projeção futura. Seja pelo impacto das condições concretas de fechamento das escolas, como a insegurança alimentar e a falta do encontro com os pares,

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

seja pela inviabilidade de sonhar outros destinos que a exigência imediata de trabalho impõe para a sobrevivência.

A pensabilidade de um futuro outro, diferente da história traçada pela família, por exemplo, articula-se à instituição escola como preparatória de um depois e se assenta no ideário de liberdade que nossos tempos constroem como um valor. O que está em jogo nesta discussão é a possibilidade de transformação de um lugar de assujeitamento, a possibilidade de transformação de um destino sentido como coação. É justamente porque a história pode ser sentida como imperativo que independe do sujeito, inescapável, que se “apresenta” como um destino fatal, a eterna repetição do mesmo. No entanto, porque somos humanos, não nos contentamos apenas com a fatalidade; ou seja, criamos sentidos, tentamos dominar isso que parece vir de fora como uma coação, tentamos fazer de um destino imperativo e exterior, um destino que nos diz respeito. Assim, se os mundos social e político devem assegurar condições materiais de desenvolvimento, no universo subjetivo, há também todo um trabalho a se fazer.

Nesse sentido, poder trilhar uma trajetória em que o rompimento com o assujeitamento seja uma tônica é também tornar-se “sujeito de si”. Portanto singularizar o destino, torná-lo próprio, é também se tornar sujeito. Nosso destino é sermos humanos sobre todas as coisas, é compartilharmos linguagem. É jamais podermos, em vida, abdicar dessa forma humana, que é representacional, pensamento e palavra como o que nos encarcera num ponto de vista que somente pode ser demasiadamente humano, mas que, ao mesmo tempo, possibilita transformar coação em liberdade.

A instituição escolar como aquela que instrumentaliza nosso acervo representacional pode, nesse cenário, ser grande coadjuvante da escrita de outros destinos. Assim, considerando a multicausalidade da saúde mental em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e subjetivos, poderíamos situar a escola também como dispositivo subjetivante. Nessa ótica, como promotora de saúde mental, a escola teria de incluir o jovem como protagonista de sua história e sua comunidade, oferecendo a possibilidade do futuro como um vir a ser aberto a outros destinos.

Pensar os possíveis impactos do vivido na pandemia sobre as perspectivas de futuro de jovens não é tarefa fácil, pois estamos muito pouco distantes temporalmente desses acontecimentos. É possível dizer que as sequelas na saúde mental são maiores do que o

número de mortes e que ainda teremos um longo trajeto no qual elas vão se presentificar. O termo “efeito-cicatriz” (NERI, 2021) parece descrever as sequelas presentes no processo de ascensão social de jovens pertencentes a uma geração marcada pela interrupção dos estudos, com o incremento da entrada em um mercado de trabalho privado de direitos básicos. Na “geração covid”, os efeitos-cicatrices se intensificaram no grupo mais vulnerável, deixando como uma de suas possíveis marcas a desilusão de um futuro mais próximo do que almejavam antes da interrupção dos estudos. Esse aspecto corrobora o que indica Dayrell (2007) sobre o papel central da escola na própria formação da juventude, acreditando nesse espaço como promotor de saúde mental e projeção de futuro. Talvez a forçada inexistência da escola para alguns, nesses tempos sombrios, possa ter impactado profundamente a própria possibilidade de viver a adolescência e a juventude. Mergulhados em um mundo adulto que prima pela sobrevivência, reconhecem que a instituição escola parece ter sido formada para outros, não eles.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 39, n. 3, set.- dez., 2020, p. 579-597.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2021/22: o estado dos direitos humanos no mundo*. Londres: Anistia Internacional, 2022. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/4870/2022/bp/>>. Acesso em: 21 out. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BROOKS, Samantha K.; WEBSTER, Rebecca K.; SMITH, Louise E.; WOODLAND, Lisa; WESSELY, Simon; GREENBERG, Neil; RUBIN, Gideon James. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*. London, v. 395, 2020, p. 912-920. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)>. Acesso em: 26 set. 2022.
- COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 91, 2011, p. 75-95.
- CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE. *Juventudes e a pandemia do coronavírus*. (3. ed.). Brasília: Conjuve, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus>>. Acesso em: 5 nov. 2022.

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

COUTINHO, Luciana Gageiro; SAGGESE, Edson Guimarães; CABRAL, Ivone Evangelista. Agravamento das vulnerabilidades infantojuvenis: uma análise sociopolítica do sofrimento psíquico durante a pandemia de covid-19. *Deslidades*. Rio de Janeiro, n. 31, set.- dez., 2021, p. 70-88.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, out., 2007, p. 1105-1128. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 set. 2022.

FARO, André; BAHIANO, Milena de A.; NAKANO, Tatiana C.; REIS, Catiele; SILVA, Brenda F. P.; VITTI, Laís S. Covid-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia*. Campinas, 37, 2020, e200074. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>>. Acesso em: 18 set. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública: as violências contra crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/12-anuario-2022-as-violencias-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, out., 2007, p. 1129-1152.

HALLAL, Pedro Curi; SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos; WEHRMEISTER, Fernando C.; PAULA, Pedro do Carmo Baumgratz de (Orgs.). *Covitel - Inquérito telefônico de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em tempos de pandemia, Brasil: relatório final*. Belo Horizonte: Expertise, 2022. Disponível em: <<https://www.vitalstrategies.org/resources/covitel-inquerito-telefonico-de-fatores-de-risco-para-doencas-cronicas-nao-transmissiveis-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 11 set. 2022.

JHU CSSE COVID-19 DATA. Repositório de dados para o Painel Visual do Novo Coronavírus de 2019. Disponível em: <<https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>>. Acesso em: 26 out. 2022.

LIMA, Raquel Guilherme. Para além do “trânsfuga de classe”: a socialização plural em narrativas da primeira geração de formados no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 35, n. 104, 2020, p. 1-17.

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamento sociais pela covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020, p. 1-10. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>>. Acesso em: 29 set. 2022.

LUZ, Lila Cristina Xavier; FEFFERMANN, Marisa; ABRAMOVAY, Miriam; WEISHEIMER, Nilson; FERREIRA, Maria D’Alva Macedo; CAVALCANTE, Francisca Verônica; SILVA, Ana Paula;

LOPES, Isabel Cristina. Os jovens brasileiros em tempos de covid-19. *Revista Princípios*. São Paulo, v. 40, n. 160, nov.- fev., 2021, p. 177-207.

MENDES, Karine Késsia de Sousa Félix; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. Precarização do trabalho e juventude: uma análise sobre a realidade laboral face à pandemia da covid-19. *O Social em Questão*. Rio de Janeiro, n. 53, maio-ago., 2022, p. 277-300.

MONTEIRO, Sandrelena da Silva. (Re)inventar educação escolar no Brasil em tempos da covid-19. *Revista Augustus*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, jul.-out., 2020, p. 237-254.

NERI, Marcelo C. *Juventudes, educação e trabalho: impactos da pandemia nos nem-nem*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.

OLIVEIRA, Clara M.; MARTINS, Gabriela S.; SILVA, Grazielle S.; CORRÊA, Izabel C.; ROSA, Jenyffer R. et al. Plano de contingência, como o Brasil se organizou frente à chegada da covid-19: revisão integrativa. *Revista Saúde e Inovação*. Brasília, v. 1, n. 1, dez., 2020, p. 1-16.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Plan de acción sobre salud mental 2013-2020*. Genebra: OMS, 2013. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/97488>>. Acesso em: 21 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Covid-19*. Washington: OPAS, 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; CARVALHAES, Flávio. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, n. 92, abr., 2020, p. 1-46.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; MARSCHNER, Murilo; CENEVIVA, Ricardo. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta (Org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015. p. 79-108.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan.-abr., 2007, p. 152-180.

SCAVACINI, Karen; FONTOURA, Joana. *Saúde mental de adolescentes e jovens*. São Paulo: UNICEF; Instituto Vita Alere, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/16126/file/saude-mental-de-adolescentes-e-jovens.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Dossiê: Jovens e mercado de trabalho na pandemia. *Mercado de Trabalho*. Rio de Janeiro, n. 70, set., 2020, p. 105-121. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210107_bmt_70_dossie_a2.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2022.

Pandemia de covid-19 e fechamento das escolas: impactos na saúde mental e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens

UNESCO. *Painel TIC covid-19: pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: ensino remoto e teletrabalho*. (3. ed.). São Paulo: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.Br); Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (Nic.Br); Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cgi.Br), 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201104182616/painel_tic_covid19_3edicao_livro%20eintr%C3%B4nico.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

UNICEF BRASIL; IBOPE INTELIGÊNCIA. *Impactos primários e secundários da covid-19 em crianças e adolescentes: relatório de análise: 1ª rodada*. Brasília: UNICEF; IBOPE Inteligência, 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

UNICEF BRASIL; IPEC. *Impactos primários e secundários da covid-19 em crianças e adolescentes: relatório de análise: 3ª rodada*. Brasília: UNICEF; IPEC, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes-terceira-rodada>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

Sobre as autoras

Jacqueline Cavalcanti Chaves

Doutora em Psicologia; mestra em Psicologia Clínica; graduada em Psicologia; docente da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas; associada da Associação Nacional Rede de Pesquisadoras e Pesquisadores da Juventude Brasileira. Desenvolve trabalhos nas áreas de Psicologia e Educação, com ênfase em afeto, gênero, sexualidade, educação afetivo-sexual, formação de professores, juventudes. *E-mail*: jcchaves2@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1103-9384>

Joyce Louback

Doutora em Sociologia; mestra em Sociologia; graduada em Ciências Sociais; professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trabalha com os temas relacionados à redemocratização brasileira e latino-americana, ação coletiva no Brasil, associativismo periférico e sociologia da educação, especialmente as discussões sobre educação popular e movimentos sociais. *E-mail*: joycelouback@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6891-4085>

Cristiana Carneiro

Pós-doutora; graduada em Psicologia; professora na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas; associada da Associação Nacional Rede de Pesquisadoras e Pesquisadores da Juventude Brasileira; coordena o GT Psicanálise e Educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia;

pesquisa a clínica e a educação, tendo como eixos a infância e a adolescência. E-mail: cristianacarneiro13@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4042-1155>

Recebido em: 14/03/2023

Aceito para publicação em: 04/04/2023